



PLANO DE DESENVOLVIMENTO

SOCIAL

2020

Sabugal 2015

Concelho Local de Ação Social

NOTA INTRODUTÓRIA

O programa Rede Social foi implementado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Dezembro e regulamentado pelo Decreto-lei 115/2006 de 14 de Junho. O objetivo principal passa por fortalecer o conceito de trabalho em rede entre todas as instituições com intervenção ao nível social no concelho, possibilitando o desenvolvimento de um espírito que traduza a procura conjunta de soluções no sentido de promover o desenvolvimento social do concelho.

O referido programa, materializa-se através do Conselho Local de Ação Social do Sabugal (CLAS), constituído em 2004, ao qual todos os parceiros aderem de forma livre, comprometendo-se no entanto a estar presente e participar no trabalho desenvolvido. Atualmente o CLAS do Sabugal conta com 85 parceiros.

Desde a sua criação o CLAS elaborou vários instrumentos de planeamento, que pretendem, através da dinamização de respostas inovadoras, constituir-se como impulsionadores de mudança no sentido de combater a pobreza e exclusão social, assim como na promoção do desenvolvimento social do Concelho.

INTRODUÇÃO

O planeamento da intervenção cujo objetivo passa pela atenuação de situações de pobreza e exclusão social, assim como pela promoção de desenvolvimento social, pressupõe um caminho com várias etapas. O Diagnóstico Social, enquanto a primeira dessas etapas, permitiu efetuar uma análise quantitativa e qualitativa da realidade e aprofundar o conhecimento que dispomos relativamente às diferentes áreas caracterizadoras do Concelho do Sabugal, possibilitando uma abordagem multidimensional acerca dos diferentes problemas/necessidades, assim como obter uma visão abrangente dos recursos existentes.

Desta forma, e após um processo de reflexão por parte dos parceiros, foi possível estabelecer prioridades de ação, de forma a dar início à construção do Plano de Desenvolvimento Social, nomeadamente: ***Fixação da População Jovem; Promoção da Saúde e de Comportamentos Saudáveis; Incentivos à Criação de Emprego e Promoção da Inclusão Social.***

Efetivamente, o Plano de Desenvolvimento Social “é um **instrumento de definição conjunta e negociada** de objectivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. Tem em vista não só a produção de **efeitos correctivos** ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também **efeitos preventivos** gerados através de acções da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à **melhoria das condições de vida das populações**” (in Plano de Desenvolvimento Social, IDS, 2002). Trata-se de um documento estratégico para o período de 5 anos, no qual são definidas as **estratégias de intervenção**, assim como os **objetivos** a atingir, perspetivando sempre a obtenção de uma situação social desejável, mas realista, nos territórios sobre os quais incide.

Este plano pretende ser o mais operacional possível, apresentando uma estrutura que procura ser clara, coerente e objetiva.

Porque a sociedade está em constante mudança e evolução, importa ainda referir que o PDS, assim como o Diagnóstico Social, **não é um documento estático**, prevendo-se a sua alteração e actualização. A sua flexibilidade permite a **inclusão de novas iniciativas, novas metodologias e, principalmente, novas parcerias.**

ENQUADRAMENTO

O Programa Rede Social, insere-se no âmbito de uma política social ativa incorporando uma nova dinâmica de intervenção social que se pretende planeada de forma estratégica, integrando atores sociais de diferentes áreas de intervenção.

Preconiza que as soluções para os problemas passam, em primeiro lugar, pela atuação integrada e ajustada dos agentes locais, envolvendo todas as entidades que acam na comunidade. É essencial promover as parcerias no terreno, para que, de uma forma articulada e estruturada, possam estabelecer-se estratégias conjuntas de intervenção, com o objetivo de resolver os problemas da população e promover o desenvolvimento social. O desenvolvimento social terá como referência fundamental a melhoria das condições de vida da população local, definindo-se como um processo assente num elevado grau de autodeterminação territorial e orientado para a capacitação das pessoas.

Pretende-se ainda colocar em prática uma vertente corretiva das situações de vulnerabilidade, mas também uma vertente orientadora e preventiva de situações que possam vir a surgir.

Trata-se também de um documento que tem como objetivo a racionalização dos recursos existentes de modo a colmatar as necessidades locais diagnosticadas.

METODOLOGIA

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Sabugal (PDS2020) pretende ser um plano estratégico para 5 anos no qual se definem estratégias de intervenção e objetivos a alcançar. Como referido anteriormente, estas estratégias pretendem atingir uma situação social desejável mas realista para o Concelho.

Tal como os documentos anteriormente realizados, a elaboração do PDS assenta numa lógica de planeamento participado, tendo sido utilizada a seguinte metodologia:

1 – Tendo por base o Diagnóstico Social, nomeadamente as várias problemáticas identificadas, o Conselho Local de Ação Social em sede de reunião plenária, definiu quatro Áreas de Intervenção a serem trabalhadas:

- Fixação da População Jovem
- Promoção da Saúde e de Comportamentos Saudáveis
- Incentivos à Criação de Emprego
- Promoção da Inclusão Social

2 – Conforme deliberado em reunião de Núcleo Executivo de 17 de Junho de 2014, considerou-se prudente aguardar pelas orientações expressas no Plano Estratégico do Município do Sabugal, assim como no novo Quadro Comunitário, por forma a articular o planeamento em termos de desenvolvimento social com as diretrizes locais, regionais e nacionais.

Sendo o Plano de Desenvolvimento Social um documento que pretende constituir-se como um instrumento estratégico de definição conjunta e negociada, relativamente às estratégias e objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, foram solicitados os contributos de todos os parceiros do CLAS.

Para cada uma das Áreas de Intervenção, os parceiros que participaram neste processo (Anexo I) identificaram:

- **Objetivo Estratégico:** objetivo de nível superior, devidamente enquadrado numa determinada Área de Intervenção definida, para a qual a nossa intervenção contribui mas que por si só não consegue alcançar;

- **Objetivos Específicos:** objetivos que devem ser alcançados com a intervenção e que contribuem para atingir um objetivo estratégico, ainda que possam não ser suficientes para tal. Os objetivos devem ser realistas e exequíveis, traduzindo prioridades identificadas na fase de diagnóstico, sendo estas que condicionam o planeamento operacional consubstanciado no Plano de Ação.

- **Parcerias:** identificação das entidades que deverão estar envolvidas nas ações a realizar para a concretização dos objetivos propostos.

3 – Por último, toda a informação recolhida foi trabalhada e sistematizada, dando origem ao presente documento.

Após aprovação do Plano de Desenvolvimento Social, e em cada ano da sua vigência será elaborado um Plano de Ação, sendo acompanhado, monitorizado e avaliado no sentido de averiguar a necessidade de reformulação das ações, promovendo o desenvolvimento social integrado e adequando as mesmas às necessidades reais da população alvo.

ARTICULAÇÃO COM O PLANEAAMENTO EFECTUADO A NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

O Plano de Desenvolvimento Social 2020 (PDS) deve ter como contexto articulador e de inserção outros planos de cariz mais abrangente. A articulação do PDS com outros planos, além de favorecer uma rentabilização de esforços e recursos pode, por outro lado, evitar que as estratégias e objetivos deste plano não entrem em contradição.

Posto isto, consideramos que esta articulação deve ser estabelecida não só com outros instrumentos de planeamento, mas também com os programas comunitários, nacionais, regionais e locais.

A análise a seguir apresentada visa apenas identificar os principais objetivos e prioridades de intervenção de diferentes planos/programas com os quais o PDS 2020 se deve articular, num movimento descendente, dos planos/programas territorialmente mais macro para os mais micro.

PROGRAMAS DE ÂMBITO NACIONAL/REGIONAL

- Portugal 2020

Trata-se do acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a Estratégia Europa 2020.

Portugal vai receber 25 mil milhões de euros até 2020, para tal definiu os Objetivos Temáticos para estimular o crescimento e a criação de Emprego, as intervenções necessárias para os concretizar e as realizações e os resultados esperados com estes financiamentos.

Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis; Incremento das exportações; Transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo; Cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos; Redução dos níveis de abandono escolar precoce; Integração das pessoas em

risco de pobreza e combate à exclusão social; Promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos; Reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade; Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública, são os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal2020.

A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos: **Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social e Emprego; Capital Humano; Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos**. Considera, ainda, os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

O Portugal 2020 será operacionalizado através de Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal participará a par com outros Estados membros.

Relativamente aos Programas Operacionais importa salientar:

- Centro 2020

O CENTRO 2020, o Programa Operacional Regional do Centro para aplicação na região, no período 2014 a 2020, vem responder a novos desafios e a uma nova ambição para o futuro da nossa região. Integrada no PORTUGAL 2020 e em sintonia com a EUROPA 2020, a aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, nos próximos anos, estará orientada prioritariamente para o reforço da competitividade das empresas e para a promoção do emprego. Mas também será dado particular relevo à proteção e à utilização eficiente dos recursos da região e à inclusão social das pessoas mais desfavorecidas.

Eixos de intervenção:

Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS) - tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação. O fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), a promoção de centros de competência, a promoção do investimento das empresas em investigação e inovação e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior (transferência de tecnologia) serão os investimentos prioritários neste eixo (que deverão estar alinhados com a RIS 3 para a Região).

Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR) - dedicado à competitividade e internacionalização da economia regional, tem como principal objetivo o reforço da competitividade das pequenas e médias empresas. Neste contexto, a Região Centro vai investir

prioritariamente na promoção do espírito empresarial (facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas), no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para participar nos processos de crescimento e inovação. Com estes investimentos, a Região Centro pretende promover o empreendedorismo qualificado e criativo, a internacionalização das empresas e a capacitação empresarial orientada para mercados externos, a qualificação e inovação das PME, apostando no desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização, promovendo o aumento do investimento e do emprego. Um outro conjunto de iniciativas a merecer acolhimento prende-se com o apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e a áreas de localização empresarial (investimentos a apoiar a título absolutamente excepcional).

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER) - tem como principal objetivo investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, as prioridades de investimento concentram-se no desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos seus diferentes níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR) - tem como principais objetivos promover o emprego (incluindo a colocação de recursos altamente qualificados nas empresas), apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR) - Com a temática da coesão social e territorial, pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza. Neste contexto, a Região Centro vai fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, apoiar estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR) - tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso dos recursos. Neste contexto, será dada prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR) - Neste eixo incluem-se as iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural) de que a Região é muito bem dotada (relembrem-se os sítios protegidos, pelas suas características ímpares em termos de biodiversidade, bem como o vasto património arquitetónico, nomeadamente aquele que é reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR) - O enfoque deste eixo tem a ver com o reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública. Será, assim, dada prioridade a iniciativas que incorporem nas suas propostas o uso de TIC e que constituam apostas na melhoria das capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, mas visa ainda capacitar as entidades da Região Centro que são essenciais à construção e implementação da estratégia de desenvolvimento regional.

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES) - A intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região é uma das grandes tipologias de intervenção que se pretende apoiar no quadro deste eixo. Além desta tipologia de intervenção, serão apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

Eixo 10: Assistência técnica

Articulação PDS2020/Centro 2020

Eixos de Desenvolvimento PDS 2020	Eixos de Intervenção Centro 2020								
	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	Competitividade e Internacionalização da Economia Regional	Desenvolver o Potencial Humano	Promover e Dinamizar a Empregabilidade	Fortalecer a Coesão Social e Territorial	Afirmar a Sustentabilidade dos Recursos	Afirmar a Sustentabilidade do Território	Reforçar a Capacitação Institucional das Entidades Regionais	Reforçar a Rede Urbana
Benefícios/Apoios direcionados para os jovens									
Captação de novos investimentos				X					
Promoção dos Produtos locais						X			
Criar condições para a criação de novas empresas		X	X	X					
Infância e Juventude					X				
Terceira Idade					X				
Outros Grupos Vulneráveis			X		X				
Unidade de Cuidados Continuados									
Promoção de Cuidados ao nível da Saúde					X				

- PO ISE (Programa Operacional para Inclusão Social e Emprego)

Portugal enfrenta desafios relevantes que terão resposta durante o próximo ciclo de programação comunitário de 2014 a 2020. O aumento do emprego e o combate ao desemprego, nomeadamente de longa duração e dos jovens, bem como a luta pela inclusão e o combate das desigualdades e discriminações constituem objetivos comuns a toda a União Europeia que são assumidos no Portugal 2020 com a devida prioridade. Neste sentido, o Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego permitirá reforçar os instrumentos nacionais que concretizarão uma estratégia que, promova um crescimento inteligente, respondendo de forma sustentada ao desafio do emprego e da inclusão social. Neste sentido o Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (PO ISE) visa o “reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social”.

O PO ISE prossegue, assim, dois dos objetivos temáticos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI):

- Objetivo Temático 8 (OT8), “**Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores**”, assumindo como meta nacional, até 2020, o aumento da taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos para 75%.

- Objetivo Temático 9 (OT 9), “**Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação**”, assumindo como meta nacional a redução de, pelo menos, 200 mil pessoas em situação de pobreza até 2020.

Objetivos Prioritários:

1 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego

1.1. Acesso ao emprego – integrar desempregados e inativos no mercado de trabalho, através de:

Estágios - Apoiar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras, com vista a apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho.

Apoios à contratação - Apoiar a celebração de contratos de trabalho, com vista à promoção da integração profissional de desempregados. Inclui apoios a encargos salariais e não salariais. Pode ainda ser apoiada a conversão de contratos a termos certo em contratos sem termo.

1.2. Integração Profissional – integrar os jovens no mercado de trabalho

Estágios - Apoiar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras, com vista a apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho.

Apoios à contratação - Apoiar a celebração de contratos de trabalho, com vista à promoção da integração profissional de desempregados. Inclui apoios a encargos salariais e não salariais. Pode ainda ser apoiada a conversão de contratos a termos certo em contratos sem termo.

1.3. Igualdade de género – reforçar a conciliação entre a vida familiar e profissional

Programa de incentivo à empregabilidade parcial dos pais – Apoiar a contratação a tempo parcial de desempregados, em articulação com a transição para o regime de trabalho a tempo parcial de pais empregados com filhos menores (até 2 anos).

Apoio técnico à elaboração, monitorização a execução e avaliação de planos para a igualdade - Apoiar o desenvolvimento de diagnósticos, formação, implementação e avaliação de planos para a igualdade em entidades empregadoras.

1.4. Igualdade de género – aumentar a criação do próprio emprego por mulheres

Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres - Apoiar o desenvolvimento de ações de tutoria, consultoria e assistência técnica, com vista à criação e/ou sustentabilidade de empresas geridas por mulheres.

1.5. Adaptabilidade dos trabalhadores – Melhorar a empregabilidade da população ativa

Formação modular para empregados e desempregados - Oferecer uma resposta às necessidades de formação e qualificação dos empregados e desempregados, potenciando a manutenção a empregabilidade ou regresso mais sustentado ao mercado de trabalho.

Vida ativa para desempregados - Reforçar a qualidade e a celeridade das medidas ativas de emprego, através de participação em formações modulares, formação prática em contexto de trabalho e em processos de RVCC.

Cheque Formação - Reforçar a qualificação e a empregabilidade, através de um apoio às entidades empregadoras, empregados e desempregados, para frequência de percursos de formação ajustados às necessidades das empresas e do mercado de trabalho.

Qualificação de trabalhadores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais - Combater a sazonalidade do emprego e reforçar a competitividade e a produtividade de alguns setores de atividade, através da concessão de apoio à formação profissional.

1.6. Modernização do mercado de trabalho – modernizar as instituições no mercado de trabalho

Desenvolvimento e modernização das instituições - Potenciar a organização dos serviços e a simplificação e otimização de processos, através do investimento em sistemas informáticos mais céleres, inovadores e acessíveis a todos.

Desenvolvimento das estruturas de apoio ao emprego (GIP's) - Apoiar a rede de estruturas de apoio de emprego, designadas de Gabinetes de Inserção Profissional, ao nível de disponibilização de instrumentos de suporte e ao nível da formação dos animadores.

Mobilidade Laboral no Espaço Europeu (EURES) - Apoiar ações no quadro dos Serviços Europeus de Emprego, potenciando a mobilidade geográfica transfronteiriça de trabalhadores e satisfazendo a necessidade de mão-de-obra no mercado nacional e europeu.

Investimentos nas Infraestruturas dos SPE - Apoiar o reequipamento e a consolidação infraestrutural da rede local de serviços de emprego.

1.7. Modernização do mercado de trabalho – Modernizar a capacitação institucional dos Parceiros Sociais (CPCS)

Reforço da capacitação institucional dos Parceiros Sociais com assento no CPCS - Apoiar a capacitação institucional dos Parceiros Sociais com assento na CPCS, permitindo-lhes exercer melhor as suas responsabilidades nos domínios da política de emprego e da política social, do Diálogo Social Europeu.

2 – Iniciativa emprego jovem

2.1. Acesso ao emprego – integrar desempregados e inativos no mercado de trabalho

Vida Ativa - Reforçar a qualidade e a celeridade das medidas ativas de emprego, através de participação dos jovens em formações modulares, formação prática em contexto de trabalho e em processos de RVCC.

Programa Retomar - Permitir o regresso ao ensino superior de jovens NEET que pretendam completar formações anteriormente iniciadas ou realizar uma formação diferente.

Estágios - Apoiar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras, com vista a apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho.

Emprego Jovem Ativo - Garantir uma experiência prática em contexto de trabalho para jovens em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, conjuntamente com jovens mais qualificados.

Inov Contacto - Promover a formação de jovens quadros na área da internacionalização, colmatando insuficiências de quadros especializados nas áreas da exportação e de internacionalização das empresas.

PEPAL - Possibilitar aos jovens com qualificação superior a realização de um estágio profissional na APL, que crie condições para uma mais rápida e fácil integração no mercado de trabalho.

Estágios PEPAC em Missões Portuguesas - Oferecer uma experiência profissional em áreas de formação estratégicas para o país, elevando as competências técnicas e comportamentais dos jovens e promovendo a sua empregabilidade.

Apoios à contratação - Apoiar a celebração de contratos de trabalho, com vista à promoção da integração profissional de desempregados.

Empreende Já - Apoiar a constituição de uma rede composta por um conjunto de associados com oportunidades de negócios que serão disponibilizadas aos jovens aderentes, para que estes as possam desenvolver na perspetiva da constituição de empresas.

Coopjovem - Apoiar jovens na criação de cooperativas, como forma de desenvolvimento de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do seu próprio emprego.

3 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

3.1. Inclusão Ativa - Promover competências grupos potencialmente vulneráveis

Qualificação (Pessoas com deficiência e incapacidade) - Ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais.

Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho (Pessoas com deficiência e incapacidade) - Ações dirigidas quer a empregadores, quer a pessoas com deficiência e incapacidade através de Centros de Recursos.

Emprego apoiado (Pessoas com deficiência e Incapacidade) - Comparticipação na retribuição e nas contribuições para a segurança social, contrato de emprego apoiado.

Financiamento de produtos de apoio (Pessoas com deficiência e incapacidade) - Apoio financeiro para a aquisição, adaptação ou reparação de produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas técnicos de produção especializada para prevenir, compensar, atenuar ou neutralizar limitações à atividade ou restrições na sua participação ao nível do acesso e frequência de ações de formação.

Formação modular/Vida Ativa para DLD - Formação de públicos que se encontram afastados há mais tempo do mercado de trabalho e por serem detentores de baixas qualificações, passam por processos de desmotivação e de perda de competências.

Capacitação para a inclusão - Desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social para a (re)inserção social e profissional de grupos potencialmente vulneráveis.

Português para todos - Promover a aprendizagem da língua por parte de cidadãos estrangeiros para integração dos mesmos e promoção do desempenho no trabalho, facilitando a progressão profissional e salarial e facilitando a mobilidade social

Cultura para todos - Apoiar um conjunto alargado de iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura, que vão desde a dinamização de práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos, até à divulgação de conteúdos digitais acessíveis, entre outros.

Inserção sócio profissional da comunidade cigana - Apoiar um conjunto alargado de iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura, que vão desde a dinamização de práticas artísticas por e para grupos.

3.2. Inclusão Ativa – Reforçar a coesão social

Projeto de Mediadores Municipais e Mediadores Interculturais em Serviços Públicos - Promover a integração de públicos marginalizados, com base os princípios da mediação, interculturalidade e intervenção comunitária, privilegiando a formação e contratação de mediadores da comunidade alvo.

Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS) - Promover a inclusão social, de forma integrada e multissetorial, através de ações a executar em parceria que contribuirão para a empregabilidade, combate à pobreza e exclusão social.

Programa Escolhas - Apoiar projetos localmente planeados, com base em instituições locais (escolas, centros de formação, IPSS, associações de imigrantes, entre outras), a quem foi lançado o desafio para a conceção, implementação e avaliação de projetos.

3.3. Inclusão Ativa - Promover um voluntariado potenciador de inclusão social

Bolsa especializada de voluntariado - Criar um instrumento de sistematização da oferta disponível e de certificação das entidades, com intervenção social, promotoras de voluntariado, através de uma plataforma informática de âmbito nacional.

Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade - Promover ações de formação para um voluntariado de continuidade nas áreas promotoras de inclusão social e ações de sensibilização, como garantia de informação referente aos direitos e deveres de um voluntário.

3.4. Igualdade de Oportunidades - Promover a igualdade de oportunidades e de género

Ações de sensibilização e campanhas - Promover campanhas de sensibilização, informação e divulgação sobre temáticas como a igualdade de género, prevenção da violência de género, violência doméstica, tráfico de seres humanos, discriminação racial e comportamentos aditivos dependências e problemáticas associadas.

Formação de públicos estratégicos - Qualificar profissionais que desempenham competências, nas mais variadas áreas, em domínios associados à promoção da igualdade de oportunidades e de género, ao combate à discriminação, à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos e que prestam apoio e acompanhamento especializados a vítimas e agressores.

Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos - Consolidar o relevante papel que as ONG e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos desempenham junto das populações e do público em causa.

Instrumentos específicos de proteção das vítimas de violência doméstica - Dar resposta a dimensões do fenómeno da violência doméstica para além da mera segurança das vítimas, permitindo a reintegração das vítimas, em condições de segurança, em meio social e laboral.

3.5. Acesso a serviços sustentáveis - Alargar a oferta de serviços sociais e de saúde

Modelos de apoio à vida independente (MAVI) - Dinamizar novos modelos de intervenção e prestação de serviços que introduzam maior eficiência e eficácia no processo de habilitação e reabilitação, em particular pela proximidade ao seu contexto de vida, junto de pessoas com deficiência e incapacidade das suas famílias.

Rede de cuidados de proximidade - Criar uma rede de cuidadores de proximidade, que assegure a pessoas idosas e pessoas com deficiência e incapacidades, um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas.

Idade + - Assegurar a idosos isolados ou em agregados familiares com vulnerabilidades sociais, uma intervenção socioeducativa que procure servir como espaço privilegiado de inserção social.

Suporte ao doente em casa/na comunidade através do uso de tecnologias - Apoiar o desenvolvimento de serviços de saúde à distância, com recurso a tecnologias de saúde de proximidade e que inclui a telemonitorização e o acompanhamento do doente à distância.

Cuidados especializados - Promoção de ações inovadoras de sensibilização e informação, e ações que visem capacitar técnicos e famílias nas áreas da infância e juventude, demências, e da população com deficiência e incapacidade.

Rede local de intervenção social (RLIS) - Dinamizar um modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local, em que se pretende apoiar os processo de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das pessoas em situações de risco e vulnerabilidade socioeconómica.

Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância (SNIPI) - Consolidar o sistema nacional, de forma potenciar os recursos e ações integradas e descentralizadas dos serviços, e garantir uma maior cobertura e melhor qualidade das respostas às necessidades multidimensionais e específicas das crianças elegíveis e das suas famílias, tendo em vista a sua inclusão social.

Apoio à parentalidade positiva - Melhorar as respostas de apoio à capacitação das famílias, com vista ao exercício de uma parentalidade responsável, através do reforço e aquisição de competências parentais necessárias à orientação e educação de crianças e jovens.

Qualificação do apoio institucional a crianças e jovens - Definir projetos de vida de crianças e jovens em acolhimento institucional, contribuindo assim para o seu desenvolvimento e autonomia numa cidadania de inclusão e desenvolvimento social.

Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) - Promover a informação junto dos cidadãos imigrantes sobre os seus direitos e deveres, tendo em vista a facilitação do seu processo de integração e a promoção de uma cidadania plena.

Formação de Técnicos Especializados da CPCJ/Formação de Técnicos de Reabilitação/Formação de Profissionais do Setor da Saúde/Sensibilização e informação no âmbito das reformas nos serviços sociais e de saúde - Promover ações de formação de pessoal de serviços sociais e de saúde, utentes dos mesmos, como suporte relevante às estratégias de diversificação da oferta e aumento da qualidade das respostas disponíveis nessas áreas, atendendo ao seu papel chave na inclusão social de grupos mais vulneráveis.

3.6. Empreendedorismo - Promover o empreendedorismo e a inovação social

Portugal Inovação Social - Consolidar um ecossistema de inovação e empreendedorismo social em Portugal, capaz de gerar soluções sustentáveis, em complemento às respostas tradicionais.

Reforço da capacitação institucional dos Parceiros do CNES - Criar condições para a promoção do trabalho em rede, a nível nacional e europeu, visando a troca de experiências

e a divulgação de boas práticas, e ainda a criação de gabinetes de apoio à economia social com polos de atendimento.

4 - Assistência Técnica – Acompanhamento, Gestão, Comunicação, Avaliação

Princípios Orientadores:

- Orientação para resultados
- Estreita articulação e complementaridade com os outros PO
- Simplificação e desburocratização
- Custos simplificados
- Seletividade e qualidade

Articulação PDS2020/PO ISE

Eixos de Desenvolvimento PDS	Objetivos Prioritários PO ISE		
	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego	Iniciativa Emprego Jovem	Promover a Inclusão Social e combater a pobreza e discriminação
Benefícios/Apoios direcionados para os jovens	X	X	
Captação de novos investimentos	X		
Promoção dos Produtos Locais	X		
Criar condições para a criação de novas empresas	X		
Infância e Juventude			X
Terceira Idade			X
Outros Grupos Vulneráveis	X		X
Unidade de Cuidados Continuados			
Promoção de Cuidados ao nível da Saúde			X

- PO Capital Humano

Portugal tem realizado um enorme esforço no sentido de melhorar os resultados e aumentar a qualidade e a eficiência do seu sistema educativo e de formação, o que tem permitido acelerar a convergência com a média europeia. Contudo, nos principais indicadores, o caminho a percorrer é ainda significativo.

O investimento no capital humano é pois o motor mais sustentável do desenvolvimento e da promoção da convergência económica e social, para o que o Programa Operacional Capital Humano mobiliza o Objetivo Temático 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, estruturando-se nos seguintes **Eixos Prioritários**:

Eixo 1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade, permitirá apoiar iniciativas dirigidas à promoção do sucesso educativo e da qualidade, a redução do abandono e reforço do ensino profissionalizante e da sua interligação com o tecido empresarial e com as necessidades do mercado de trabalho, garantindo a diversificação das vias de ensino de nível secundário, através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes com um forte pendor da formação em contexto de trabalho.

Eixo 2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada, permitirá alargar a base social dos estudantes no ensino superior, e aumentar o número de diplomados. Será apoiada a criação duma formação de ensino superior de curta duração, nível ISCED 5, em ambiente politécnico e em ligação com "stakeholders regionais" que dê continuidade às formações profissionalizantes do secundário e com aproximação às necessidades do mercado. Serão também apoiados Programas Doutorais inovadores de grande qualidade, promovidos em parceria entre Universidades, Centros de I&D e Empresas, alinhados com as estratégias de especialização inteligente e promovendo a transição dos doutorados e pós doutorados para o mercado de trabalho.

Eixo 3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade, concorre diretamente para melhorar a qualificação da população adulta, apoia o segmento dos jovens e adultos sem ensino secundário completo, a par dos adultos sem ensino básico ou secundário completos, promovendo a qualificação da população adulta com baixas qualificações e o aumento da sua empregabilidade, centrando-se na formação certificada e nos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Eixo 4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação, mobiliza as intervenções dirigidas à autonomia das escolas. Apoia ainda a formação contínua dos professores e gestores escolares, a formação de formadores e de outros agentes da formação, e o desenvolvimento do sistema de informação para o acompanhamento dos alunos ao longo do seu percurso escolar e a sua empregabilidade bem como o reforço do sistema de regulação e estruturação da oferta formativa e intervenções inovadoras que permitam melhorar a qualidade, a atratividade e a relevância para o mercado de trabalho do ensino e da formação profissional.

Articulação PDS2020/PO Capital Humano

Eixos de Desenvolvimento PDS	Objetivos Prioritários PO Capital Humano			
	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade	Reforço do Ensino Superior e Formação Avançada	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
Benefícios/Apoios direcionados para os jovens	X			
Captação de novos investimentos	X			
Promoção dos Produtos Locais			X	X
Criar condições para a criação de novas empresas			X	X
Infância e Juventude	X			
Terceira Idade				
Outros Grupos Vulneráveis			X	
Unidade de Cuidados Continuados				
Promoção de Cuidados ao nível da Saúde			X	

PROGRAMAS DE ÂMBITO LOCAL

- Plano Estratégico do Concelho do Sabugal

A missão do Plano Estratégico é 'Afirmar o Sabugal no contexto regional e como polo de desenvolvimento da Raia Central Ibérica, reforçando a sua identidade e valorizando os seus recursos, afirmando-o como território sustentável e qualificado, atrativo para viver, investir e visitar, sendo que num contexto marcado por processos de globalização e competitividade crescente, a capacidade de afirmação individual e conjunta, de potenciais específicos é fundamental, exigindo uma aposta forte na dinamização económica, empreendedorismo, investigação e inovação, apoiado numa crescente cooperação de agentes e instituições". (Fonte: Plano Estratégico do Concelho do Sabugal)

A necessidade de dispor de um quadro de referência que contemple as mais recentes orientações estratégicas nacionais e europeias e que defina de forma clara e sustentada uma Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho do Sabugal, reforça a pertinência e relevância às quais importa acrescentar a oportunidade de dupla face que reveste a Elaboração do Plano Estratégico:

- Enriquecer, em tempo, o processo em curso da Revisão do PDM, dotando-o de orientações relevantes em matéria de ordenamento, de programação de infraestruturas e equipamentos, de integração territorial e de priorização de investimentos;

- Antecipar uma visão de necessidades de intervenção para o Município, num contexto em que se aproxima um novo período de programação dos Fundos Estruturais face ao qual importa definir o papel e o posicionamento futuro do Concelho do Sabugal no contexto regional identificando as opções, prioridades e políticas a prosseguir e dotando-as de perspectivas de financiamento.

- Eixos Estratégicos para a Sustentabilidade e o Desenvolvimento:

- Sustentabilidade Territorial, Económica e Social
- Combate ao Despovoamento do Território
- Modernização e competitividade da cadeia de valor rural
- Integração em redes urbanas e virtuais
- Reforço da visibilidade e identidade
- Novos Estilos de Vida e de Trabalho

- Eixos de Intervenção

1. Preservação e Valorização dos recursos naturais (Redes e Ecossistemas naturais);
2. Qualificação das Infraestruturas territoriais (Redes de Integração territorial e urbana);
3. Competitividade Económica (Redes e Cadeias de valor produtivas);
4. Desenvolvimento Social (Redes de Qualidade de vida e de Inclusão social);
5. Governação e Afirmação territorial (Redes de articulação - Governação e Marketing).

- Objetivos Estratégicos associados aos Eixos de Intervenção:

- Preservar e valorizar os recursos naturais de suporte da qualidade de vida, da saúde, do bem-estar e das atividades produtivas, designadamente, através do aproveitamento dos recursos naturais (água, solo, floresta e ecossistemas naturais) e da criação de produtos e serviços com potencial de mercado (associados a marcas como Sortelha, Malcata e Côa) em iniciativas de micro e pequenas empresas nas áreas da agricultura e silvicultura, agroindústria, turismo, saúde e bem-estar, lazer/aventura, mas também na área das indústrias criativas e do conhecimento.
- Manter e reforçar as redes de infraestruturas, as áreas urbanas e a estrutura edificada como suportes da articulação e da valorização territorial, designadamente, através de medidas de manutenção e melhoramento das redes de saneamento básico e de transportes, reafirmando a intenção de reforçar as ligações à A23 e à A25, bem como da intervenção no aproveitamento dos espaços públicos e privados existentes em meio urbano e do extenso património arquitetónico e histórico do Concelho (produtores de amenidades e ambiências essenciais para o bem-estar).
- Reforçar a inovação e a competitividade do sistema produtivo, promovendo a criação de cadeias de valor transversais aos setores da economia, designadamente, com o apoio ao empreendedorismo de base local, à atração de investimento externo e de recursos de iniciativa com origem noutros territórios, o apoio à instalação de atividades criativas, à criação de produtos e serviços compostos e inovadores, com selo de qualidade e sustentabilidade, e a dinamização de iniciativas ligadas ao turismo e ao conhecimento.
- Rejuvenescer e apoiar a inclusão social e a qualidade de vida dos residentes, designadamente, através de melhoria do acesso aos bens e serviços e com recurso a medidas de atração e fixação de população jovem e em idade adulta, associadas a processos inovadores de criação de emprego, integrados na sociedade do conhecimento e numa ótica de promoção do empreendedorismo responsável de base territorial.

- Modernizar e densificar as redes de comunicação, de cooperação e de afirmação territorial, designadamente, os mecanismos de partilha de informação, as adaptações organizativas para o adequado funcionamento numa sociedade dinâmica e em rede, a melhoria das relações entre atores de desenvolvimento local, a criação de iniciativas e projetos empreendedores em parceria, bem como de estratégias de comunicação e marketing territorial.

Articulação PDS2020/Plano Estratégico do Concelho do Sabugal

Eixos de Desenvolvimento PDS	Objetivos Estratégicos - Plano Estratégico do Concelho do Sabugal				
	Preservar e valorizar os recursos naturais de suporte de vida, de saúde, do bem-estar e das atividades produtivas	Manter e reforçar as redes de infraestruturas, as áreas urbanas e as estruturas edificadas	Reforçar a inovação e a competitividade do sistema produtivo	Rejuvenescer a apoiar a inclusão social e a qualidade de vida dos residentes	Modernizar e densificar as redes de comunicação, de cooperação e de afirmação territorial
Benefícios/Apoios direcionados para os jovens			X		
Captação de novos investimentos			X		
Promoção dos Produtos Locais	X		X		
Criar condições para a criação de novas empresas			X		
Infância e Juventude				X	
Terceira Idade				X	
Outros Grupos Vulneráveis				X	
Unidade de Cuidados Continuados		X			
Promoção de Cuidados ao nível da Saúde	X				

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

I – Fixação de População Jovem

Ao longo das últimas décadas temos vindo a depararmos com uma acentuada diminuição da população do Concelho do Sabugal. Efetivamente, a desertificação alastra-se a uma parte muito significativa do território português, contrastando com os elevados indicadores de densidade populacional, registados em concelhos do litoral, nomeadamente no que se refere às áreas metropolitanas. Deste modo, tem vindo a agravar-se, de forma evidente, o equilíbrio na distribuição da população pelo território.

Tendo em conta a redução populacional mencionada, o concelho do Sabugal apresenta valores muito baixos no que se refere à densidade populacional (15,3 hab./km²), pondo em causa o desenvolvimento do concelho, quer a nível social quer económico, não permitindo uma efetiva exploração dos recursos e potencialidades.

A realidade demográfica do concelho, particularmente o seu crescimento negativo, conduzirá a uma população cada vez mais envelhecida. De facto, é evidente a diminuição da população jovem (nos Censos 2011, os jovens com idade inferior a 25 anos representavam apenas 16% da população), face ao aumento da população idosa (nos Censos 2011 representava 41 % da população).

Esta realidade é reflexo de uma baixa taxa de natalidade e fecundidade, influenciadas fundamentalmente pela profissionalização do trabalho feminino, pela possibilidade de controlar e planear a fecundidade e por razões económicas. Por outro lado, se associarmos ainda a evidente melhoria das condições de saúde e, de uma forma geral, das condições de vida das populações, refletindo-se no aumento da população idosa, obtemos uma estrutura denominada de “duplo envelhecimento demográfico”.

Face ao exposto, o Diagnóstico Social aponta desde logo para o **despovoamento e envelhecimento da população** e para a **falta de incentivos à fixação da população jovem** identificando-os como fraquezas e problemas prioritários no que se refere à intervenção.

Neste sentido, os parceiros consideram importante intervir a dois níveis: por um lado promover a criação de alguns incentivos/benefícios que de alguma forma possam contribuir para fixação de jovens; por outro possibilitar a captação de novos investimentos, por forma a criar postos de trabalho que possibilitem a permanência dos jovens no concelho.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

EIXO 1 - BENEFÍCIOS/APOIOS DIRECIONADOS PARA OS JOVENS

Objetivo Estratégico:

- Atrair e fixar jovens no Concelho do Sabugal

Estratégia:

- Criação de apoios que se constituam como benefícios efetivos para jovens a residir no concelho, quer ao nível pessoal quer profissional

Objetivos Específicos:

- Criar um conjunto de incentivos que possam favorecer a fixação de jovens (habitação, nascimento, ...)
- Criar de um "Cartão Jovem Municipal"
- Criar estratégias de sustentabilidade para as instituições com respostas ao nível do ensino pré-escolar (creche e jardim-de-infância)
- Promover o voluntariado jovem
- Sensibilização junto das entidades empregadoras relativamente a programas/incentivos que promovam a inserção ativa de jovens

Parcerias:

- Núcleo Desportivo e Social da Guarda
- Câmara Municipal do Sabugal
- Empresas
- Pequeno Comércio
- IPSS

O objetivo do Eixo de Intervenção referido passa por contrariar a crescente tendência de perda populacional, nomeadamente com a criação de pequenos incentivos/benefícios direcionados para os mais

jovens. Os referidos incentivos poderiam passar por apoios ao nível da habitação ou no momento do nascimento dos filhos, ou pela criação de um cartão jovem municipal. Por outro lado, parece importante promover a intervenção ativa na sociedade, por parte dos jovens, através da implementação de projetos de voluntariado.

Sendo essencial a integração profissional dos jovens em idade ativa, no que diz respeito à sua fixação no concelho, seria pertinente, efetuar uma sensibilização junto das várias entidades empregadoras, no sentido de informar/sensibilizar relativamente aos programas/incentivos que promovam a inserção ativa de jovens.

EIXO 2 - CAPTAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS

Objetivo Estratégico:

- Criar emprego, tendo em vista a fixação de jovens

Estratégia:

- Divulgação de oportunidades/ideias de negócio e apoio na concretização das mesmas

Objetivos Específicos:

- Divulgar junto dos jovens as potencialidades do concelho
- Divulgar junto dos jovens os apoios/financiamentos/incentivos disponíveis
- Apoiar na concretização de ideias de negócio
- Realizar de um concurso de novas ideias de negócio a implementar no concelho
- Envolver os alunos de cursos gerais, profissionais e vocacionais em atividades que lhes possibilitem um conhecimento mais aprofundado dos recursos do concelho
- Desenvolver e valorizar o potencial criativo e empreendedor dos jovens do concelho

Parcerias:

- NERGA - Associação Empresarial da Guarda
- Câmara Municipal

- IEFP
- Juntas/União de Freguesia
- Estabelecimentos de Ensino

Existindo uma correlação direta entre a fixação de população jovem e o emprego disponibilizado no território, considera-se importante a divulgação das potencialidades existentes no concelho junto deste grupo-alvo específico, assim como os apoios, financiamentos e/ou incentivos disponíveis para o grupo etário em causa e a disponibilização de apoio na concretização e implementação de ideias de negócio, no sentido de criação do próprio emprego. A este nível será igualmente desenvolvido um trabalho de promoção de atitudes empreendedoras junto dos jovens, implementando projetos concretos em meio escolar.

II – Incentivos à criação de emprego

Diretamente relacionado com a Área de Intervenção anterior, que pretende impulsionar a fixação de população jovem, está a criação de emprego.

O emprego é um dos principais impulsionadores das sociedades contemporâneas, podendo considerar-se que se pode aferir da capacidade de uma sociedade em termos de desenvolvimento, pela sua aptidão para gerar emprego.

De facto, o Diagnóstico Social identifica como fraqueza/problema a falta de emprego e de iniciativa empreendedora, assim como a ausência de estratégia na promoção dos recursos endógenos que poderiam potenciar o desenvolvimento local. Tendo em conta os dados analisados, podemos referir que o Concelho do Sabugal não apresenta uma estrutura económica muito dinâmica, no que se refere ao tecido empresarial, especialmente quando falamos do número e dimensão das empresas locais. Efetivamente o concelho apresenta grandes fragilidades quer ao nível da estrutura económica, quer ao nível das características socioeconómicas da população ativa. Estas questões poderão estar associadas, por um lado, à inexistência de uma linha estratégica competitiva por parte dos empresários e às baixas qualificações dos trabalhadores.

Face ao exposto, os parceiros consideram importante intervir ao nível da formação de empreendedores, da promoção dos produtos locais e da criação de condições para promover a instalação de novos empresários.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

EIXO 1 - PROMOÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

Objetivo Estratégico:

- Criação de emprego, através da promoção de produtos locais

Estratégia:

- Valorização do saber e do fazer local

Objetivos Específicos:

- Apoiar os produtores locais
- Apostar na exportação de produtos locais
- Criar uma estrutura/circuito para a comercialização dos produtos locais
- Dinamizar o turismo rural
- Divulgar saberes/tradições locais (tecelagem, contrabando)
- Criar um portal de produtos da Raia

Parcerias:

- Câmara Municipal do Sabugal
- NERGA - Associação Empresarial da Guarda
- Empresas Locais
- Associações
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Inovecid

Face à informação analisada no Diagnóstico Social, o Concelho do Sabugal possui uma grande diversidade e qualidade ao nível dos recursos endógenos, sendo inclusivamente apontada como uma “Força” de âmbito local.

Posto isto, considera-se que a valorização dos produtos e tradições endógenas, possa constituir-se como determinante na promoção do desenvolvimento sustentável de regiões rurais, permitindo de alguma

forma interromper o seu ciclo de declínio ao nível da empregabilidade. Trata-se evidentemente de um potencial económico não aproveitado, que poderia vir a ser explorado de forma mais eficaz, criando fatores de competitividade, que permitam fortalecer o concelho com novas dinâmicas, com a criação de sinergias, parcerias e novas atividades integradas.

EIXO 2 – CRIAR CONDIÇÕES PARA A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS/PROMOVER O EMPREENDEDORISMO

Objetivo Estratégicos:

- Promover o desenvolvimento económico do concelho

Estratégias:

- Criar condições para o investimento e criação de novas empresas
- Promover a apoiar o empreendedorismo, capacitando para a criação do próprio emprego

Objetivos Específicos:

- Recuperar infra estruturas inutilizadas para sede de empresas (coworking)
- Apoiar a instalação de novas empresas
- Promover a divulgação de apoios/iniciativas/projetos
- Dinamizar cursos de formação para empreendedores
- Criar uma “Academia de Empreendedorismo”
- Promover a realização de um concurso de ideias de negócio empreendedoras
- Dinamizar a realização de um encontro de empresários empreendedores
- Promover a divulgação de boas práticas na área do empreendedorismo

Parcerias:

- Câmara Municipal
- NERGA - Associação Empresarial da Guarda
- Estabelecimentos de Ensino/Formação

- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Estabelecimentos de Ensino

Pretendemos, no presente Eixo, dinamizar uma estrutura de promoção e apoio ao desenvolvimento económico do concelho, fomentando a instalação de novas empresas e promover o empreendedorismo, capacitando as pessoas para a criação do próprio emprego.

Esta questão está diretamente relacionada com as áreas de intervenção referentes à “Fixação de Jovens” e “Promoção da Inclusão Social”. Efetivamente, a instalação de novas empresas permitiria a criação de postos de trabalho e conseqüentemente a diminuição das situações de desemprego. Podemos, de alguma forma, associar algumas situações de exclusão social à falta de emprego, uma vez que estas pessoas se encontram numa situação de fragilidade económica, ficando muitas vezes dependentes de familiares, do Estado ou de uma Instituição. De facto, a criação de postos de trabalho é essencial para o desenvolvimento do concelho, assim como para evitar situações de exclusão social.

Com a pretensão de criação de negócios, e conseqüentemente postos de trabalho, consideramos extremamente importante a formação na área do empreendedorismo.

Por empreendedorismo entende-se qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente. Efetivamente um empreendedor deverá conjugar dois fatores fundamentais: a competência e a atitude. Neste sentido seria imprescindível dotar potenciais empresários com competências essenciais à conceção dos respetivos planos de negócios e, simultaneamente, promover o desenvolvimento da atitude e espírito empreendedor.

III – Promoção da Inclusão Social

A exclusão social é um tema multidimensional, incidindo sobre várias questões, como a pobreza, o desemprego, a deficiência, a imigração ou a diversidade étnica. Refere-se essencialmente a “situações em que as pessoas são impedidas de participar plenamente na vida económica, social e cívica, e/ou quando o seu acesso ao rendimento e a outros recursos (pessoais, familiares, sociais e culturais) é inadequado a ponto de as excluir do usufruto de um nível e qualidade de vida que é considerado como aceitável pela sociedade em que vivem. Nestas situações, as pessoas são muitas vezes privadas do pleno exercício dos seus direitos fundamentais”. (Fonte: <http://ec.europa.eu/employment>)

Será importante apostar na integração (social e profissional) dos mais vulneráveis, na sociedade e no mercado de trabalho, através de respostas sociais adequadas que conduzam ao apetrechamento destas pessoas em maior risco de exclusão, com as competências necessárias ao exercício de uma cidadania ativa (isto é, através da aquisição de aptidões sociais e profissionais relevantes que facilitem a plena integração dos mais desfavorecidos).

A promoção da inclusão social deve ser feita através do apoio à luta contra a pobreza e a exclusão social, à reforma dos sistemas de proteção social, à avaliação da evolução demográfica e social.

Face a algumas problemáticas identificadas no âmbito do Diagnóstico Social, nomeadamente o isolamento social e insuficiência de respostas direcionadas para a área da infância e juventude, vítimas ou pessoas com demência, revela-se necessário intervir ao nível da inserção de grupos específicos que apresentam uma maior vulnerabilidade.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

EIXO 1 – INFÂNCIA E JUVENTUDE

Objetivo Estratégico:

- Prevenção de situações de risco e criação de respostas ao nível da infância e juventude

Estratégias:

- Criação de respostas ao nível do acolhimento de crianças e jovens em situação de risco
- Formação dos técnicos que desenvolvem a sua atividade na área da infância e juventude
- Capacitar as famílias

Objetivos Específicos:

- Criar do Projeto SOS (acolhimento de crianças e jovens, apoio para autonomia de vida e acolhimento temporário de vítimas de violência)
- Capacitar de técnicos para a intervenção em situações de risco
- Prevenir situações de risco capacitando as famílias de competências sociais e educacionais, evitando a institucionalização ou permitindo a sua reintegração no meio natural de vida (CPCJ, Intervenção Precoce, ...)
- Promover ações de medição familiar
- Criar uma escola de competências de empreendedorismo responsável e de competitividade, associada à arte (performativa e musical) e ao desporto - Escola de Campeões

Parcerias:

- Câmara Municipal
- Segurança Social
- IPSS
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- Equipa de Intervenção Precoce
- Estabelecimento de Ensino

Os dados expostos no Diagnóstico Social apontam para a necessidade de criação de uma resposta que pudesse de alguma forma colmatar a institucionalização de menores fora do concelho, e consequentemente afastados das respetivas famílias o que muitas vezes dificulta a sua reintegração no meio natural de vida. Seria um equipamento com capacidade para acolhimento de crianças e jovens de ambos os sexos, promovendo em determinadas situações, a sua autonomia de vida, assim como daria resposta a outros grupos vulneráveis, mais precisamente vítimas de violência.

Por outro lado, é importante apostar na formação dos técnicos que trabalham diretamente com as problemáticas das crianças e jovens em risco, por forma a possibilitar uma melhor intervenção.

Encontrando-se a maioria das crianças e jovens acompanhados, inseridos nas respetivas famílias, revela-se igualmente necessário trabalhar junto das mesmas, capacitando-as ao nível das competências sociais e educacionais, promovendo ainda ações ao nível da mediação familiar.

Tendo como preocupação a promoção do empreendedorismo responsável e de competitividade junto dos jovens, propõe-se ainda a criação de uma “Escola de Campeões” associada à arte (performativa e musical) e ao desporto.

EIXO 2 – TERCEIRA IDADE

Objetivo Estratégico:

- Promover a qualidade de vida do idoso

Estratégias:

- Criação de uma imagem de marca associada aos fortes recursos na área do apoio à terceira idade
- Implementar processos de certificação da qualidade
- Promover a sustentabilidade das instituições
- Fomentar um apoio de proximidade (cuidadores, voluntários)
- Promover a inclusão e a participação social e comunitária através do desenvolvimento de atividades socioculturais

Objetivos Específicos:

- Captar de novos utentes, através da promoção do trabalho desenvolvido pelas IPSS
- Criar da imagem de marca “*Sabugal Amigo do Idoso*”
- Disponibilizar serviços diferenciados para a terceira idade
- Aumentar a permanência do idoso no domicílio disponibilizando um Serviço de Apoio Domiciliário de qualidade
- Criar de uma *Escola de Cuidadores* que possibilite melhorar o apoio biopsicossocial, apostando na melhoria das competências dos cuidadores, quer formais quer informais (transversal ao EIXO 3)
- Implementar um serviço de teleassistência, procurando retardar a institucionalização de idosos isolados
- Melhorar a qualidade interventiva dos voluntários, apostando na sua formação
- Criar de um plano de animação prevendo a dinamização de atividades desportivas, lúdicas e culturais, por forma a promover o envelhecimento ativo, melhorar a qualidade de vida e diminuir as situações de isolamento
- Criar uma Central de Serviços Partilhados, com objetivo de promover uma melhor eficiência e eficácia das organizações ao nível dos custos, evitar a duplicação de tarefas, aumentar a produtividade e melhorar o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros

Parcerias:

- IPSS
- Câmara Municipal
- Segurança Social
- Juntas de Freguesia
- Associações
- Outras entidades locais

Os fenómenos de emigração e êxodo rural, assim como a diminuição da taxa de natalidade e fecundidade têm vindo a afetar o nosso concelho, sendo que a população residente nas aldeias do interior é maioritariamente envelhecida.

Por outro lado, a baixa densidade populacional constitui-se como um indicador relacionado com a qualidade de vida promovendo situações de isolamento e dificuldades no acesso a determinados bens e serviços.

No entanto, importa salientar e reconhecer o trabalho desenvolvido pela rede de IPSS com atividade junto da população idosa do concelho do Sabugal. A este nível pretende-se proporcionar a criação de uma imagem de marca que divulgue o concelho enquanto um prestador de excelência ao nível dos cuidados disponibilizados aos idosos, verificando-se a necessidade de certificar a qualidade dos mesmos.

Pretende-se igualmente criar uma rede de apoio de proximidade que, por um lado, possibilite a diminuição de situações de isolamento, por outro melhore a qualidade de vida dos idosos no domicílio. O presente objetivo poderá materializar-se apostando num serviço de apoio domiciliário de qualidade e na formação de cuidadores formais e informais, assim como de voluntários, para além da implementação de um serviço de teleassistência.

No sentido de melhorar a qualidade de vida dos idosos e promover o envelhecimento ativo, considera-se importante a criação de um plano de animação conjugando atividades desportivas, lúdicas e culturais.

EIXO 3 – OUTROS GRUPOS VULNERÁVEIS

Objetivo Estratégico:

- Promover a inclusão e combater o isolamento e discriminação de grupos vulneráveis

Estratégias:

- Facilitar o acesso a bens e serviços e promover a capacitação de grupos vulneráveis
- Sensibilizar para a importância da qualificação/formação
- Promover a inserção profissional de grupos vulneráveis
- Criação de respostas ao nível da demência
- Promover estratégias de prevenção da violência doméstica

Objetivos Específicos:

- Criação de um Centro Comunitário de Convívio que disponibilize um conjunto de serviços de apoio à população, promova a ocupação de tempos livres e comportamentos saudáveis

- Efetuar um levantamento das necessidades da população em cada freguesia, por forma a possibilitar uma melhor e mais eficaz canalização dos recursos disponíveis, nomeadamente na área da demência
- Aumentar o acesso a bens e serviços de pessoas portadoras de deficiência
- Reforçar a formação profissional e aumentar as competências empreendedoras da comunidade imigrante
- Implementação do projeto *Mentores*, direcionado para a comunidade imigrante
- Reconhecer e valorizar os saberes da comunidade cigana
- Promover a dinamização de cursos de alfabetização para minorias étnicas
- Formação de mediadores municipais, por forma a facilitar a integração cigana melhorando as suas competências educacionais, habitacionais, culturais e profissionais
- Promover a inclusão e a participação social e comunitária através do desenvolvimento de atividades socioculturais
- Criar de uma *Escola de Cuidadores* que possibilite melhorar o apoio biopsicossocial, apostando na melhoria das competências dos cuidadores, quer formais quer informais (transversal ao EIXO 2)
- Promover a responsabilidade social das empresas
- Colocar pessoas com maior dificuldade de inserção em postos de trabalho apoiados/protegidos
- Criação de uma estrutura residencial especializada na prestação de apoio a pessoas com demência que possibilite igualmente o descanso do respetivo cuidador
- Promover a dinamização de ações de formação de competências básicas em TIC, no sentido facilitar a integração profissional de grupos vulneráveis
- Elaboração do Plano Municipal para a igualdade de género

Parcerias:

- Câmara Municipal
- Segurança Social
- Juntas/União de Freguesia
- IPSS
- IEFP
- Associações
- Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta

Conforme referido anteriormente, a exclusão social é um tema multidimensional, carecendo de intervenção a vários níveis. Os objetivos apresentados pretendem essencialmente a melhorar a qualidade de vida e conseqüente inserção de vários grupos considerados vulneráveis, nomeadamente: pessoas com

demência, imigrantes, comunidade cigana, pessoas portadoras de deficiência, desempregados e vítimas de violência. É também objetivo intervir ao nível da capacitação destes grupos, nomeadamente ao nível da formação, apostando na melhoria das competências, da autoestima e da promoção de hábitos saudáveis.

Relativamente à população com demência, propõe-se a criação de uma estrutura residencial especializada no apoio a pessoas com demência, assim como possibilitadora do descanso dos respetivos cuidadores.

No que se refere à população portadora de deficiência, o objetivo centra-se essencialmente na promoção do acesso a bens e serviços, na formação, na inserção profissional, sensibilizando para a responsabilidade social das empresas.

Sendo a comunidade cigana, um grupo de alguma forma, fechado e com características muito próprias, seria importante a identificação de Mediadores Municipais que sejam reconhecidos como líderes e possuam a capacidade de facilitar a integração deste grupo, melhorando as suas competências a vários níveis (educacionais, habitacionais, culturais e profissionais). Relativamente à comunidade cigana é igualmente necessário reconhecer e valorizar a sua cultura e saberes.

Ao nível dos imigrantes será implementado o Programa de Mentores para Migrantes. Trata-se de uma iniciativa promovida pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvida, por todo o país, por um conjunto de parceiros locais, de entre os quais o Município do Sabugal. Pretende constituir-se como um projeto de voluntariado, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução de dificuldades ou preocupações dos/as imigrantes com vista à sua integração; disponibilizando formas de ligação, acompanhamento ou apoio ao regresso dos emigrantes portugueses e promovendo a igualdade de oportunidades e sensibilizar para a riqueza da diversidade. Considera-se também importante reforçar a formação profissional e aumentar as competências empreendedoras da comunidade imigrante.

No âmbito da igualdade de género, será necessário promover a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género, reconhecendo que para promover efetivamente a igualdade de género é necessário abordar este princípio de forma transversal nas diversas áreas e domínios da intervenção.

Por último, propõe-se ainda a dinamização de um plano de atividades socioculturais, por forma a melhorar a autoestima da população em geral, prevenir situações de isolamento e promover hábitos saudáveis, melhorando a qualidade de vida e inclusão e participação social e comunitária.

IV – Promoção da Saúde e de Comportamentos Saudáveis

A melhoria das condições de saúde constitui um elemento chave na melhoria das condições de vida da população, devendo ser um objetivo das políticas de desenvolvimento dos territórios. Efetivamente, o estado de saúde depende muito de comportamentos saudáveis, como não utilizar drogas (lícitas ou ilícitas), uma alimentação correta, praticar exercício físico, entre outros. No entanto, a tendência essencialmente junto dos mais jovens vai no sentido do aumento de comportamentos de risco.

Face ao exposto, ao nível da saúde o Diagnóstico Social salienta essencialmente os comportamentos de risco ao nível dos consumos e a falta de profissionais de saúde na Unidade Local de saúde (Centro de Saúde do Sabugal).

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

EIXO 1- UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS
--

Objetivo Estratégico:

- Criar uma resposta ao nível de cuidados de saúde continuados

Estratégia:

- Melhorar a continuidade dos cuidados de saúde

Objetivos Específicos:

- Prestar melhores cuidados de saúde aos cidadãos
- Prestar cuidados de convalescença, recuperação e reintegração de doentes crónicos e pessoas em situação de dependência.
- Contribuir para a recuperação global, promovendo a autonomia e melhorando a funcionalidade da pessoa dependente, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

Parcerias:

- IPSS
- Unidade Local de Saúde

A criação de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados pretende disponibilizar cuidados de convalescença, recuperação e reintegração de doentes crónicos e pessoas em situação de dependência. Estas intervenções integradas de saúde e apoio social visam a recuperação global, promovendo a autonomia e melhorando a funcionalidade da pessoa dependente, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

A prestação dos cuidados de saúde e de apoio social é assegurada através de unidades de internamento e de ambulatório e de equipas hospitalares e domiciliárias:

- Unidades de internamento: unidades de convalescença, unidades de média duração e reabilitação, unidades de longa duração e manutenção e unidades de cuidados paliativos;
- Unidades de ambulatório: unidade de dia e de promoção de autonomia;
- Equipas hospitalares: equipas de gestão de altas, equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos;
- Equipas domiciliárias: equipas de cuidados continuados integrados, equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos.

EIXO 2 - PROMOÇÃO DE CUIDADOS AO NÍVEL DA SAÚDE

Objetivo Estratégico:

- Prevenir comportamentos de risco ao nível da saúde

Estratégia:

- Realizar ações que permitam a prevenção de comportamentos de risco
- Promover comportamentos saudáveis
- Promover cuidados de saúde de proximidade

Objetivos Específicos:

- Promover rastreios/ações de sensibilização ao nível dos consumos
- Sessões de educação para a saúde ao nível da diabetes
- Sessões de sensibilização ao nível da alimentação saudável
- Sessões de preparação para a parentalidade (sessões de educação para a saúde teórico-práticas com temáticas relacionadas com a gravidez, o parto, o pós-parto e o cuidar do bebé)
- Sensibilização para a importância da prática de exercício físico
- Efetuar o encaminhamento e acompanhamento de doentes
- Criação de Unidade Móvel de saúde, de apoio à população para a realização de rastreios, ações de sensibilização e prevenção de doenças

Parcerias:

Centro de Saúde do Sabugal

Câmara Municipal

Estabelecimentos de Ensino

Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda

Juntas de Freguesia

O nível de saúde depende de vários fatores relacionados com a organização da sociedade, com as condições socioeconómicas e políticas vigentes, pelo que a abordagem dos comportamentos relacionados com a saúde não pode ser dissociada dos contextos em que estes ocorrem.

De acordo com estudos efetuados junto da comunidade escolar, foi possível perceber que os comportamentos de risco, como consumo de tabaco e álcool, são iniciados cada vez mais precocemente. Neste sentido, considera-se essencial apostar na prevenção junto deste grupo específico.

Por outro lado, tendo em conta as características demográficas do nosso concelho, nomeadamente no que se refere à baixa densidade populacional e consequente dispersão de localidades, parece essencial a promoção de cuidados preventivos e de sensibilização junto da população mais vulnerável. Para o efeito propõe-se a criação de uma Unidade Móvel de saúde que possibilite uma maior proximidade com a população.

AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

- AVALIAÇÃO

A avaliação acompanha necessariamente o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, podendo e devendo ser entendida como um elemento de aprendizagem para a parceria.

“Tal significa que a avaliação não serve para fiscalizar, nem para apontar ou punir culpados, devendo ser encarada como um momento de reflexão e como um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções subsequentes, identificando pontos de reorientação ou reforço das ações. (...) É através da avaliação que o CLAS poderá obter informações para poder construir novos planos de ação anuais, intensificando determinados projetos e atividades, corrigindo outros, afetando recursos até aí desconhecidos ou negligenciados, reafectando outros” (in Plano de Desenvolvimento Social, IDS, 2002).

Efetivamente, a avaliação possui quatro funções principais:

- Avaliação como medida – a avaliação implica a definição inicial de resultados para avaliar no fim, no entanto:

a) a avaliação não é uma simples medição de resultados finais, é um processo contínuo articulado com a ação. A avaliação dos resultados finais é apenas uma parte da avaliação. Por outro lado, os dados recolhidos não fazem por si uma avaliação, pois é necessário interpretá-los;

b) nem todos os efeitos de uma intervenção são quantitativamente mensuráveis e uma boa avaliação deve combinar os aspetos quantitativos e os aspetos qualitativos (objetivar o subjetivo é sempre um desafio da avaliação).

- Avaliação como utensílio de apoio à tomada de decisão – avaliar implica julgar e, nesse sentido, ela interessa especialmente àqueles que têm como função ajuizar a manutenção ou corte de programas e financiamento. Assim, deve gerar informação que permita facilitar a racionalização da tomada de decisões.

- Avaliação como processo de formação – a informação deve ser entendida como um “learning process”, sendo um instrumento de reflexão e de racionalização dos interessados na ação. Os responsáveis aprendem a gerir, a adaptar-se às necessidades e aos contextos evolutivos, que se modificam constantemente.

- Avaliação como participação e aprofundamento da democracia participativa – a avaliação deve constituir um momento de reflexão dos diferentes parceiros sobre as causalidades dos problemas e efeitos

das ações, bem como sobre as decisões, ou seja, sobre a melhor forma de agir. Assim, torna-se um mecanismo de reflexão e de aprofundamento da democracia participativa.

- MONITORIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

O acompanhamento responde à pergunta: *o projeto é realizado em conformidade com os resultados e os objetivos visados?* Ele tem de permitir a todas as partes, a todos os níveis, assegurarem-se da boa execução das atividades e de retificar, se for necessário, algumas situações suscetíveis de comprometer a obtenção dos resultados calculados e a concretização dos objetivos visados. O acompanhamento é permanente e cobre as atividades, os resultados e a gestão dos recursos.

O acompanhamento tem de permitir aos decisores e aos beneficiários do projeto conhecerem o estado de avanço do mesmo e tomarem as medidas necessárias para continuarem a sua realização visando os seus objetivos. O acompanhamento leva, por um lado, ao processo do projeto e, por outro ao impacto do projeto.

O acompanhamento do processo concentra-se em três aspetos:

- nas necessidades
- nos resultados
- na gestão.

O acompanhamento do impacto concentra-se sobre os progressos realizados concorrentes à realização do seu alvo global e sobre as mudanças observadas, em particular nos grupos - alvo.

A participação de todas as partes, sobretudo dos beneficiários do projeto, no processo de acompanhamento garante a integração do ponto de vista da comunidade no âmbito do mesmo, reforça o compromisso de cada um, contribui para o desenvolvimento das competências e favorece a pesquisa comum de soluções. É também um excelente meio para reforçar a comunicação entre os diferentes níveis de intervenção do projeto, por exemplo, entre as estruturas administrativas e a população.

- AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2020

No que diz respeito do Plano de Desenvolvimento Social do 2020, consideramos importante que a sua implementação seja monitorizada e objeto de avaliação, possibilitando perceber a eficiência e eficácia do mesmo e, caso tal se justifique, a introdução de medidas corretivas ou mesmo alterações mais profundas no sentido de garantir que este seja um instrumento efetivo para o desenvolvimento do concelho.

Para o efeito, para cada projeto a definir nos Planos de Ação deverão ser definidas as respetivas metas, indicadores de impacto e fontes de verificação.

A este nível salientamos ainda o facto de ser importante a utilização de dois tipos de avaliação:

- Avaliação de Acompanhamento (on-going) – como o próprio nome indica, acompanha todo o processo de execução/implementação do PDS, produzindo informação para a monitorização e gestão do processo, numa óptica de melhoria contínua.

- Avaliação final (ex-post) – efectuada após a conclusão do PDS, obtendo informação sobre os seus resultados e efeitos gerados pela intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Plano de Desenvolvimento Social, começa a passar-se de um nível de conhecimento para um nível de decisão e participação.

Mais que definir ações, o Plano de Desenvolvimento Social 2020, procurou implicar os parceiros numa lógica de planeamento participado, privilegiando os momentos de discussão. Por outro lado, nunca deixou de constituir uma preocupação de todos os elementos e entidades envolvidas neste processo, a questão da execução e operacionalização dos objetivos e constar nos futuros Planos de Ação.

Os Planos de Ação será um instrumento dinamizador e prático de atuação, devendo ser coerente com as linhas orientadoras constantes no PDS. O Plano de Ação pretende produzir efeitos corretivos ao nível da resolução de problemas identificados, mas também efeitos preventivos gerados através da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida da população.